

CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A DESIGUALDADE DE GÊNERO: EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA

MARLISA RAMOS DE OLIVEIRA

Centro Universitário Salesiano de São Paulo
Mestranda em Direitos sociais, econômicos e culturais pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Especialista em Direito Público pela ESA/OAB/RJ.
Procuradora Jurídica efetiva no Município de Resende/RJ. Advogada.
Pesquisadora no programa de mestrado em direito no UNISAL.

GRASIELE AUGUSTA FERREIRA NASCIMENTO

Centro Universitário Salesiano de São Paulo
Pós-doutora em democracia e direitos humanos pela Universidade de Coimbra/IGC. Doutora em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Diretora operacional do Centro Universitário Salesiano de São Paulo.
Professora e pesquisadora do programa de mestrado em direito da UNISAL.

RESUMO: A desigualdade de gênero revela-se um ponto inevitável de enfrentamento quando se objetiva igualdade de oportunidades entre homens e mulheres com vista à concretização dos Direitos Fundamentais Sociais. Uma sociedade democrática deve lançar um olhar multidisciplinar sobre os problemas das vulnerabilidades femininas para compreender e promover formas de enfrentamento de tais problemas conclamando todos e todas a participarem da busca por soluções que determinem avanços e identifiquem retrocessos no intuito de minimizar tais diferenças. O presente estudo acadêmico pretende apreciar as diferenças existentes entre homens e mulheres com recorte nas realidades educacional, laboral e participação na renda; comparando países como o Brasil e seus vizinhos sul-americanos, Argentina e Chile, assim como efetuar uma comparação com Portugal. O presente estudo não objetiva realizar inventário exaustivo e verticalizado dos problemas, mas sim provocar debates sobre situações relevantes que envolvem desigualdades de gênero, de elevado impacto aos direitos e garantias do homem, os quais atingem a sua dignidade. Para demonstrar tais desigualdades a pesquisa se utilizará de levantamento bibliográfico (livros, revistas indexadas e sites especializados, dialogando com múltiplas fontes) e análises de índices, por meio dos métodos de raciocínio dedutivo e indutivo, se for o caso. Os indicadores de crescimento econômico serão aqueles ofertados por institutos oficiais dos países citados; como por exemplo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas do Brasil, o INE - Instituto Nacional de Estatísticas do Chile, o INDEC – Instituto Nacional de Estatísticas e Censo da Argentina e INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal. Serão realizados debates transversais envolventes de temáticas contemporâneas, entre outras “as discriminações e a parentalidade, a empregabilidade, a reinserção no mercado de trabalho após afastamento para a maternidade”, verificando motivos pelos quais o número de mulheres em cargos de chefia e decisões é menor do que dos homens, e maior nos cargos que envolvem atividades relacionadas a serviços de saúde humana, educação infantil e primária e nas funções de cuidar. Ao final da pesquisa serão pontuados os motivos da discriminação de gênero e ofertadas propostas que objetivem amenizar referidos problemas, delineando políticas públicas que possam efetivar

direitos e incentivar o acolhimento do gênero feminino pela sociedade, observadas as normas positivadas e com a finalidade de reduzir vulnerabilidades e alijamentos decorrente do fato do “pertencimento ao gênero feminino”, em busca da concretização da dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: DESIGUALDADE DE GÊNEROS; DISCRIMINAÇÃO; CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS; EDUCAÇÃO, TRABALHO E RENDA